

DATA DA REUNIÃO: VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSETE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

PRESIDIU: O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.-----

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ MANUEL COELHO PINHEIRO MACHADO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DOUTORA MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: QUINZE HORAS E DEZANOVE MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: QUINZE HORAS E CINQUENTA E CINCO MINUTOS.-----

SECRETARIOU A TRABALHADORA NOMEADA PARA O EFEITO, DIANA PAULA FERREIRA SALGADO.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Pelos edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, foi feita a seguinte declaração política sobre “Município ganha processo do lixo no Supremo Tribunal Administrativo”.--

DECLARAÇÃO POLÍTICA

(Município ganha processo do lixo no Supremo Tribunal Administrativo)

O Supremo Tribunal Administrativo deu razão ao Município de Santo Tirso no processo relativo ao concurso público do serviço de recolha e transporte dos resíduos sólidos urbanos, adjudicado ao consórcio REDE AMBIENTE/ECOREDE em outubro de 2015.

Ao conceder provimento ao recurso interposto pelo Município de Santo Tirso, o Supremo Tribunal revogou o acórdão do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto e julgou improcedente a ação apresentada em primeira instância pela SUMA, segunda classificada no concurso público.

O executivo municipal congratula-se com a decisão do Supremo e com o fim de um processo judicial que poderia implicar graves prejuízos ao orçamento municipal e à população do concelho de Santo Tirso.

Sempre estivemos convencidos de que a decisão final seria favorável ao Município de Santo Tirso e que a razão estaria do nosso lado, pelo que decidimos, primeiro, recorrer para o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto da sentença desfavorável em primeira instância e, depois, para o Supremo, de cujo acórdão não há recurso.

Para o executivo municipal, valeu a pena ter defendido até às últimas consequências os interesses da população do concelho de Santo Tirso, que seria prejudicada caso o Supremo mantivesse a decisão de interromper o serviço de lixo tomada pelos tribunais de primeira e segunda instâncias.

Felizmente, o acórdão do Supremo reconhece que seria “desproporcionado anular um contrato que assegura os serviços de recolha de resíduos urbanos e limpeza nos

termos previstos no Caderno de Encargos”, não havendo, por isso, razão para anular o ato de adjudicação do serviço à REDE AMBIENTE/ECOREDE por parte do Município de Santo Tirso.

Termina assim um processo que foi demagógica e eleitoralmente aproveitado por algumas forças políticas e também por alguma (dita) Comunicação Social local, **aquela que está ao serviço de outros interesses que não os do jornalismo, da verdade e do rigor.**

É uma vitória do Município de Santo Tirso e da população do concelho, **mas também é uma vitória contra a mentira, a difamação e a calúnia** praticadas por alguém sem seriedade, sem ética e sem escrúpulos.

Na verdade, o concurso, **ganho pelo concorrente com a melhor proposta**, permitiu ao Município **poupar mais de um milhão de euros com o serviço de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos** e também fazer face ao ainda deficitário princípio imposto pelo regulador de que aquilo que os consumidores pagam tem de cobrir os custos reais do serviço.

Em suma, o contrato em vigor da recolha e transporte do lixo defende os interesses da população do concelho de Santo Tirso, porque é mais vantajoso do que o anterior, poupando recursos financeiros ao orçamento municipal e alargando o âmbito dos serviços prestados, especialmente em matéria da área de limpeza urbana em Santo Tirso e na Vila das Aves.

Os eleitos pelo Partido Socialista

Santo Tirso, 29 de junho de 2017

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES TRÊS FOLHAS.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29/JUNHO/2017 – ATA Nº 13

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária de 14/06/2017
- 2 – Proposta de atribuição de Medalhas de Honra do concelho e de Medalhas de Mérito
- 3 – Processo de Consulta para Contratação de um Auditor Externo em cumprimento do disposto no art. 77º da Lei 73/2013, de 3 de setembro: Nomeação
- 4 – Contrato de Gestão de Eficiência Energética no “Sistema de Iluminação Pública” a Celebrar pela Câmara Municipal de Santo Tirso: Ratificação de despacho do Presidente
- 5 – Empreitada: “Reconversão de parte do quarteirão da Fábrica de Santo Thyrsso – Centro de Arte Alberto Carneiro”: Adjudicação
- 6 – 1ª alteração ao Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Santo Tirso: Aprovação
- 7 – Novo Regulamento Municipal para a Criação da Comissão Municipal de Proteção de Idosos e Adultos Dependentes: Aprovação
- 8 – Regulamento de Organização e de Funcionamento do Serviço de Polícia Municipal do Concelho de Santo Tirso
- 9 – Alteração à Tabela de Preços, Anexo IV do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais
- 10 – Abertura de concurso público internacional para formação de contrato de prestação de serviços para o fornecimento de refeições escolares – decisão de contratar e aprovação das peças do procedimento
- 11 – Proposta de isenção de taxas de ocupação do espaço público relativa a esplanadas na zona central da cidade de Santo Tirso
- 12 – Aquisição pela via do direito privado de uma parcela de terreno (parcela 3) destinada à execução da obra denominada “Requalificação de um troço da Rua Manuel de Sousa Oliveira e Travessa Manuel de Sousa Oliveira – Vila Nova do Campo”



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

7

- 13 – Protocolo de cooperação entre o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a Câmara Municipal de Santo Tirso, tendo por objeto o projeto denominado Par Famílias Santo Tirso
- 14 – Proposta de celebração de contrato de delegação de competências na Freguesia de Monte Córdova, para execução de diversas obras
- 15 – Proposta de atribuição de subsídios para colónias de férias 2015/2016: 1ª fase
- 16 – Proposta de atribuição de subsídio à Associação Cultural Tirsense
- 17 – Proposta de atribuição de subsídio à Associação Amigos de Sanguinhedo – Festas do Sanguinhedo / 2017
- 18 – Requerimento da sociedade Lismânia Ferragens e Decorações, Lda - Processo 15/17 AE: Pedido de reconhecimento do interesse público municipal para efeitos de concessão de benefícios fiscais
- 19 – Requerimento da sociedade Carpefer - Produtos Místicos e Esotéricos, Lda - Processo 18/17 AE: Pedido de reconhecimento do interesse público municipal para efeitos de concessão de benefícios fiscais
- 20 – Requerimento da sociedade Carlos Alberto & Filhos, Lda - Processo 19/17 AE: Pedido de reconhecimento do interesse público municipal para efeitos de concessão de benefícios fiscais
- 21 – Requerimento da sociedade DUX Interiores SA - Processo 16/17 AE: Pedido de reconhecimento do interesse público municipal para efeitos de concessão de benefícios fiscais
- 22 – Requerimento da sociedade da Paiva & Machado Lda - Processo 17/17 AE: Pedido de reconhecimento do interesse público municipal para efeitos de concessão de benefícios fiscais



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

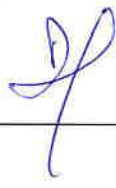

8

Santo Tirso, 26 de junho de 2017

O presidente,

Dr. Joaquim Couto

Nota: Foi retirado da ordem do dia o assunto agendado sob o item dois, tendo-se procedido à renumeração dos assuntos na ata da reunião.



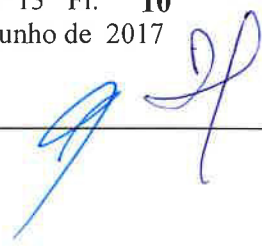
1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14/06/2017.----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia catorze do corrente mês de junho, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada com oito votos a favor.-----

Não participou na votação o senhor presidente da câmara, em virtude de não ter estado presente na reunião ordinária de catorze do corrente mês de junho.-----



2. PROCESSO DE CONSULTA PARA CONTRATAÇÃO DE UM AUDITOR EXTERNO EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 76º DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO: NOMEAÇÃO.-----

Presente informação da Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, de vinte do corrente mês de junho, registada com o número cinco mil novecentos e vinte e sete, a informar sobre o procedimento de contratação, por ajuste direto, de auditor externo para a conta do exercício de dois mil e dezassete.-----

Juntamente com aquela informação foi presente o procedimento de contratação registado no Serviço de Compras com o número 1305/AD/S/2017, com vista à celebração de um contrato de prestação de serviços de auditoria externa às contas do município, de harmonia com o previsto no artigo 77º da Lei 73/2013, de 3 de setembro (estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais).-----

O procedimento foi precedido de informação para verificação do cumprimento do disposto nos números 1 e 2 do artigo 49º da LOE para dois mil e dezassete.-----

Do processo consta informação final de dezanove do corrente mês de junho a propor a adjudicação da prestação de serviços à sociedade MGI & Associados, SROC, Lda., pelo preço de 14.256,00€ (catorze mil duzentos e cinquenta e seis euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar o despacho de adjudicação de vinte do corrente mês de junho e propor à assembleia municipal a nomeação da sociedade MGI & Associados, SROC, Lda. como auditor externo das contas do município, relativas ao exercício de dois mil e dezassete, com as competências previstas nos n.ºs. 2, 3 e 4 do artigo 77º da citada Lei 73/2013, nos termos da proposta apresentada pela identificada sociedade e do caderno de encargos constante do respetivo procedimento.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020214, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental nº 1806/2017.-----

O compromisso inerente ao contrato a celebrar está registado no sistema de contabilidade, de apoio à execução orçamental com o número 2583/2017, de 19 de junho.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



3. CONTRATO DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO “SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA” A CELEBRAR PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO: RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE SOBRE A LISTA DE ERROS E OMISSÕES.-----

Presente o processo relativo ao procedimento de concurso público Contrato de Gestão de Eficiência Energética no “Sistema de Iluminação Pública” registado com o número DAF01/2017, do qual consta o despacho do senhor presidente da câmara municipal de vinte e seis do corrente mês de junho, proferido ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sobre a rejeição e aceitação de erros e omissões apresentados pelos interessados no âmbito do referido procedimento, nos termos constantes do Anexo I da ata n.º 1 do júri do procedimento datada de vinte e seis de junho corrente.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 61.º do Código dos contratos Públicos, ratificar o aludido despacho quanto à decisão sobre erros e omissões apresentados pelos interessados.-----

A ata n.º 1 do júri do procedimento fica anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante para os devidos efeitos legais, constituindo o respetivo Anexo I.-----

A câmara municipal deliberou por unanimidade ratificar o aludido despacho.-----





4. EMPREITADA: “RECONVERSÃO DE PARTE DO QUARTEIRÃO DA FÁBRICA DE SANTO THYRSO – CENTRO DE ARTE ALBERTO CARNEIRO”: ADJUDICAÇÃO.----

Presente o processo de concurso público registado na Divisão de Projetos e Empreitadas com o número 18/2016, do qual consta o relatório final de análise das propostas, elaborado pelo júri do procedimento em vinte de junho corrente, do qual, para fundamentação da presente deliberação, se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes três folhas, que aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais.-----

A decisão de contratar foi tomada por despacho do senhor presidente da câmara municipal datado de treze de janeiro último, ratificado por deliberação da câmara municipal de vinte e seis de janeiro último (item seis da respetiva ata), cujo teor se tem aqui por inteiramente transcrito para os devidos efeitos.-----

No referido procedimento, e conforme consta do relatório acima referido, foram excluídos os seguintes concorrentes:-----

- Concorrente n.º 1 – NORCEP – Construções, S.A;-----
- Concorrente n.º 9 – FERREIRA – Construções, S.A;-----
- Concorrente n.º 11 – LUCIO’S – Lúcio da Silva Azevedo & Filhos, S.A.-----

Os referidos concorrentes foram excluídos com fundamento no disposto na alínea d) do nº 2 do artigo 146º do Código dos Contratos Públicos.-----

Em sede de audiência prévia não foram apresentadas reclamações tidas por consideráveis em relação ao relatório preliminar de análise das propostas, datado de dezanove de maio último.-----

O júri do procedimento ordenou a classificação final dos concorrentes admitidos no concurso nos seguintes termos:-----

1º- Concorrente n.º 3 – Construções Capela Braga, Lda., com proposta no valor de 1.179.898,46 € (um milhão cento e setenta e nove mil oitocentos e noventa e oito euros e quarenta e seis cêntimos);-----



2º- Concorrente n.º 5 – Reabilitarco, S.A., com proposta no valor de 1.198.514,28 € (um milhão cento e noventa e oito mil quinhentos e catorze euros e vinte e oito cêntimos);-----

3º- Concorrente n.º 4 – Edilages, S.A., com proposta no valor de 1.216.655,01 € (um milhão duzentos e dezasseis mil seiscentos e cinquenta e cinco euros e um cêntimo).-----

4º- Concorrente n.º 6 – Construções Corte Recto, Lda., com proposta no valor de 1.164.517,07 € (um milhão cento e sessenta e quatro mil quinhentos e dezassete euros e sete cêntimos);-----

5º- Concorrente n.º 4 - Famaconcret, Lda., com proposta no valor de 1.164.517,07€ (um milhão cento e sessenta e quatro mil quinhentos e dezassete euros e sete cêntimos);-----

6º- Concorrente n.º 7 – Habitâmega – Construções, Lda., com proposta no valor de 1.256.431,32€ (um milhão duzentos e cinquenta e seis mil quatrocentos e trinta e um euros e trinta e dois cêntimos);-----

7º- Concorrente n.º 8 – CIMAVE – Construtora e Imobiliária de Aveiro, Lda., com proposta no valor de 1.280.205,72€ (um milhão duzentos e oitenta mil duzentos e cinco euros e setenta e dois cêntimos);-----

8º - Concorrente n.º 10 – Befebal II, Lda., com proposta no valor de 1.326.596,05€ (um milhão trezentos e vinte e seis mil quinhentos e noventa e seis euros e cinco cêntimos);-----

9º- Concorrente n.º 2 – Conduril – Engenharia, S.A., com proposta no valor de 1.347.000,00€ (um milhão trezentos e quarenta e sete mil euros);-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o disposto no n.º 4 do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, deliberasse aprovar todas as propostas contidas no relatório final de análise das propostas do júri do procedimento anexo, e deliberasse adjudicar a empreitada em causa ao Concorrente n.º 3 – Construções Capela Braga, Lda., pelo preço de 1.179.898,46 € (um milhão cento e setenta e nove mil oitocentos e noventa e oito euros e quarenta e seis cêntimos), acrescido de IVA, notificando-se a presente deliberação a todos os concorrentes, nos

termos legalmente previstos.-----

O prazo de execução da obra é de quatrocentos e cinquenta dias, a contar da data da respetiva consignação, a qual apenas poderá ter lugar depois do respetivo contrato obter o visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas, face ao disposto no n.º 4 do artigo 45º da Lei 98/97, de 26 de agosto, na redação introduzida pela Lei 61/2011, de 7 de dezembro.-----

As despesas decorrentes da presente empreitada serão satisfeitas pelo compromisso registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2683/2017, de vinte e dois de junho corrente.-----

O contrato a celebrar terá encargos em mais do que um ano económico, o que resulta já do Plano Plurianual de Investimentos aprovado pela assembleia municipal em vinte e nove de novembro de dois mil e dezasseis (projeto/ação – 2016/I/31, sendo que a autorização para a assunção de compromissos plurianuais da assembleia municipal resulta do n.º 1 do artigo 31º da Normas da Execução Orçamental, aprovadas por aquele órgão deliberativo com a aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano em curso.-----

A presente proposta foi aprovada por unanimidade.-----

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**

Empreitada: "Reconversão de parte do quarteirão da Fábrica de Santo Thyrsó
Centro de Arte Alberto Carneiro"

Processo nº DPE 18/2016

Preço Base de Concurso: 1 357 495,50 €

Relatório Final de Análise das Propostas

(nos termos previstos no artigo 148º do CCP)

Aos vinte dias do mês de junho do ano dois mil e dezassete, reuniu o júri do concurso composto pelos seguintes elementos: Carlos António Nogueira Veloso (Eng.º), Emília Cristina Campos Ramos Maia (Dr.ª) e Alcina Oliveira (Dr.ª).

Dentro do prazo de audiência prévia previsto no art.º 147º e do disposto no nº 1 do art. 123º do CCP, não foram apresentadas quaisquer reclamações.

No entanto foi apresentada pelo concorrente nº 4 – Famaconcret, Lda, depois do prazo fixado para a audiência prévia, uma reclamação através de mensagem, datada de 30-05-2017 às 18:08:06(UTC).

O júri do concurso considerou por unanimidade que a referida reclamação foi apresentada fora de prazo, pelas seguintes razões:

- 1 - a data limite para a receção de objeções estar definida na plataforma eletrónica até às 17:30 do dia 30-05-2017;
- 2- de acordo com o nº 2 do artº 469º do CCP *"as notificações e as comunicações que tenham como destinatário a entidade executante ou o contraente público, e que sejam efetuadas através de correio eletrónico, telecópia, ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, após as 17h do local de receção ou em dia útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10horas do dia útil seguinte"*.

O art.º 469º nº 2 CCP consagra uma presunção " iures et de iure", que não admite prova em contrário, no que respeita à determinação do começo de produção dos efeitos jurídicos da declaração, independentemente de se mostrar comprovado o dia e a hora em concreto, simplesmente, depois das 17 horas (no caso 17.30) do local da receção, intervém a presunção legal das 10 horas do dia útil seguinte.

Assim sendo, a reclamação do concorrente destinada à entidade adjudicante deu entrada no local da receção após as 17.30 horas, pelo que, a lei considera que os efeitos jurídicos próprios dessa declaração, ato jurídico receptício, vd. art.ºs 224º nº 1 e 295º Código Civil, se tornam eficazes "às 10 horas do dia útil seguinte".

Desta forma, o júri entende por unanimidade que sendo reclamação extemporânea, não é aceite.

Assim, mantém-se o resultado da análise das propostas, resumido no anexo, que conduziu a que fossem excluídos os seguintes concorrentes:

Concorrente nº 1 – NORCEP S.A. - excluído por força da alínea d) do nº 2 do art.º 146º do CCP, pois não apresenta os documentos necessários à instrução da proposta, conforme exigidos nos termos do disposto no nº1 do artº 57º. O concorrente apresenta apenas uma lista de preços unitários com valor 0€.

Concorrente nº 9 – FERREIRA -Construções, S.A. - excluído por força da alínea d) do nº 2 do art.º 146º do CCP, pois não apresenta nenhum dos documentos necessários à instrução da proposta, conforme exigidos nos termos do disposto no nº1 do artº 57º. O concorrente declara que *"não apresenta proposta e respetivos documentos previstos no programa de concurso pelo facto do preço alcançado ser superior ao preço base do presente procedimento"*.

Concorrente nº11 – LUCIO'S – Lúcio da Silva Azevedo, S.A., - excluído por força da alínea d) do nº 2 do art.º 146º do CCP, pois não apresenta nenhum dos documentos necessários à instrução da proposta, conforme exigidos nos termos do disposto no nº1 do artº 57º. O concorrente declara que *"o valor global decorrente do estudo que efetuou aos elementos disponibilizados no concurso, excede o valor base previsto na empreitada"*.

Assim o júri propõe a exclusão das propostas dos concorrentes atrás referidos e a admissão das restantes propostas, avaliadas de acordo com o previsto no programa de concurso, cujo modelo de avaliação se centra nos seguintes fatores:

a) Preço – 60%

b) Valia técnica da proposta – 40%

a) Preço -60%

O preço será classificado de 1 a 5, proporcionalmente aos valores globais apresentados. A proporcionalidade do preço da obra será calculada definindo uma unidade que corresponde a 25% do valor base do presente concurso e através da seguinte fórmula.

$$CP_i = \left(5 - \frac{P_i - P_b \times 0,6}{UNID} \right) : UNID = 0,25 P_b$$

Em que:

CPi – Classificação do Preço em Análise;

Pi – Preço em Análise;

Pb – Preço base para o presente procedimento

b) Valia técnica da proposta - 40%

Avaliada através:

b.1) PLANO DE TRABALHOS E SUA ADEQUABILIDADE À OBRA AFERIDA ATRAVÉS DA MOBILIZAÇÃO DOS MEIOS HUMANOS E MATERIAIS — 25%

b.2) Memória descritiva que deve justificar a adequabilidade referida na alínea anterior, bem como a adequação do plano de pagamentos com o plano de trabalhos proposto — 15%.

b1 Descritores

		Pontuação
1	Plano de Trabalhos é completo contém a identificação de todas as atividades principais. Apresenta uma correta mobilização dos Meios Humanos baseada no cálculo dos rendimentos das equipas mais importantes. Apresenta uma correta mobilização dos Meios Materiais	4,00 – 5,00
2	Plano de Trabalhos é simplificado contém a identificação de todas as atividades principais. Apresenta uma correta mobilização dos Meios Humanos baseada no cálculo dos rendimentos das equipas mais importantes. Não apresenta uma correta mobilização dos Meios Materiais.	3,00 – 4,00

Clg *SA*
A

- 3 Plano de Trabalhos é incompleto contém a identificação de todas as atividades principais. Não apresenta uma correta mobilização dos Meios Humanos baseada no cálculo dos rendimentos das equipas mais importantes. Apresenta uma correta mobilização dos Meios Materiais. 2,00 – 3,00
- 4 Plano de Trabalhos é omissivo não contém a identificação de todas as atividades principais. Não apresenta uma correta mobilização dos Meios Humanos baseada no cálculo dos rendimentos das equipas mais importantes. Não apresenta uma correta mobilização dos Meios Materiais. 1,00

b2 Descritores

- 1 Memória descritiva é completa, justifica a adequação dos Meios Humanos. Justifica a adequação dos meios Materiais. Evidencia a adequação do Plano de Pagamentos com o Plano de Trabalhos. Apresenta o cálculo dos rendimentos das equipas mais importantes 4,00 – 5,00
- 2 Memória descritiva é simplificada, justifica a adequação dos Meios Humanos. Justifica a adequação dos meios Materiais. Não evidencia a adequação do Plano de Pagamentos com o Plano de Trabalhos. Apresenta o cálculo dos rendimentos das equipas mais importantes 3,00

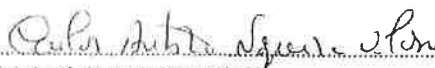
O resultado da análise efetuada de acordo com o modelo anterior, e demonstrado nos documentos anexos, hierarquiza as propostas admitidas da seguinte forma:

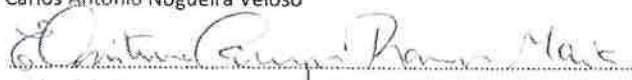
1	Concorrente nº 3	Construções Capela Braga, Lda	1 179 898,46€ + IVA
2	Concorrente nº 5	Reabilitarco, SA	1 198 514,48€ + IVA
3	Concorrente nº 12	Edilages, SA	1 216 655,01€ + IVA
4	Concorrente nº 6	Construções Corte Recto, Lda	1 164 517,07€ + IVA
5	Concorrente nº 4	Famaconcret, Lda	1 164 517,07€ + IVA
6	Concorrente nº 7	Habitãmega – Construções, SA	1 256 431,32€ + IVA
7	Concorrente nº 8	CIMAVE- Construtora e Imobiliária de Aveiro, Lda	1 280 205,72€ + IVA
8	Concorrente nº 10	Befebal II, Lda	1 326 596,05€ + IVA
9	Concorrente nº 2	Conduril – Engenharia, SA	1 347 000,00€ + IVA


1. Conclusão

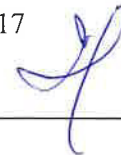
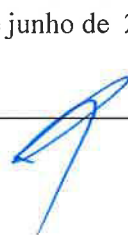
O júri do concurso considera que a empreitada deve ser adjudicada ao concorrente **nº3 – Construções Capela Braga, Lda** pelo valor da sua proposta – **1 179 898,46€ + IVA (um milhão, cento e setenta e nove mil, oitocentos e noventa e oito euros e quarenta e seis cêntimos + IVA).**

Santo Tirso, 20 de junho de 2017


Carlos António Nogueira Veloso


Emília Cristina Campos Ramos Maia


Alcina Oliveira



5. 1ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DE SANTO TIRSO: APROVAÇÃO.-----

Presentes informações de vinte e um e vinte e sete do corrente mês de junho, da Divisão de Licenças e Urbanismo, registadas com os números cinco mil novecentos e cinquenta e seis mil duzentos e quarenta e seis, a informar que, na sequência da deliberação da câmara municipal de vinte de abril último (item seis da respetiva ata), o Projeto da 1ª Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Santo Tirso, foi submetido a consulta pública, pelos meios legais, desde o dia cinco de maio até ao dia vinte e oito do corrente mês de junho.-----

A Divisão de Licenças e Urbanismo informa nesta data, que não foram apresentadas quaisquer observações e/ou sugestões suscetíveis de alterar a proposta de alteração do referido regulamento.-----

Pela referida deliberação da câmara municipal foi decidido que o Projeto da 1ª Alteração ao Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação de Santo Tirso fosse submetido a consulta pública, pelo prazo de trinta dias, a contar da respetiva publicação no Diário da República.-----

No entanto, tendo em conta os seguintes considerandos:-----

Considerando que do n.º 3 do artigo 3º do DL nº 555/99 de 16 de dezembro, na sua atual redação, não resulta a obrigação legal de publicitar o projeto da alteração ao regulamento no Diário da República, mas sim o regulamento aprovado na sua versão definitiva;-----

Considerando que do nº 2 do artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo não resulta que o período de consulta pública pelo período de trinta dias seja a contar da publicação no Diário da República;-----

Considerando que não foi possível publicitar o projeto das alterações ao regulamento no Diário da República pelo período referido na aludida deliberação, de modo a que o assunto fosse presente à próxima sessão da assembleia municipal;-----

Considerando que as alterações propostas foram publicitadas pelos meios legais;-----



Considerando que o projeto de alteração ao referido regulamento encontra-se em consulta pública desde o dia cinco de maio último com a publicação de edital no edifício da câmara municipal, na sede das juntas de freguesia do concelho, e na internet no sítio institucional desta autarquia;-----

Considerando que o referido projeto de alteração ao regulamento esteve em consulta pública por período superior a trinta dias, pelo que não fica prejudicada a devida publicitação;-----

Considerando que a alteração ao regulamento tem como pressuposto diminuir o controlo prévio, promover a reabilitação do edificado existente e clarificar procedimentos para a legalização entre outras alterações.-----

O senhor presidente da câmara propôs que se retifique a deliberação da câmara municipal de vinte de abril último, no sentido que o prazo para a consulta pública seja considerado a contar da afixação do edital no edifício da câmara municipal e na internet no sítio institucional da autarquia.

Nestes termos, o senhor presidente propôs, ainda, que a câmara municipal, de harmonia com a sua competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse propor à assembleia municipal a aprovação ao regulamento municipal acima identificado, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II.--

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



6. REGULAMENTO MUNICIPAL DA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DE IDOSOS E ADULTOS DEPENDENTES: APROVAÇÃO.-----

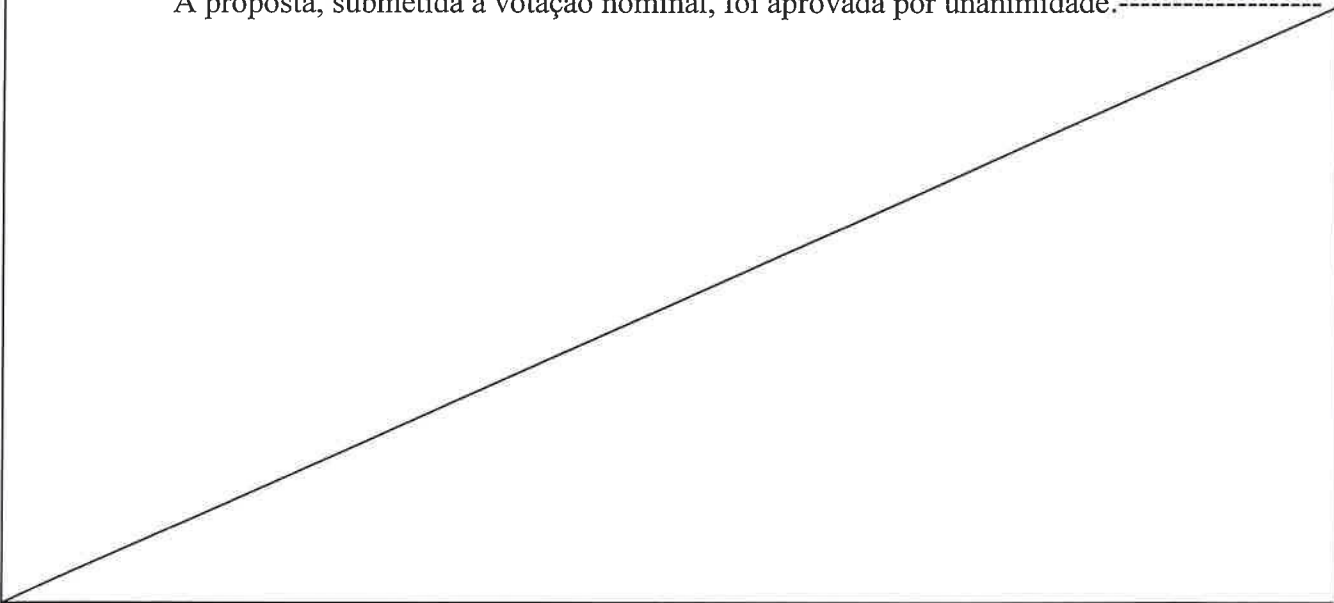
Presente informação de vinte e três de junho corrente, da Divisão da Ação Social, registada com o número seis mil e cem, a remeter, na sequência da deliberação da câmara municipal de dezoito de maio último (item sete da respetiva ata), o projeto de Regulamento Municipal da Comissão Municipal de Proteção de Idosos e Adultos Dependentes, que tem por objetivo definir as respetivas condições de funcionamento, composição e competências.-----

A natureza deste Regulamento dispensa o mesmo de consulta pública, de harmonia com as disposições conjugadas da alínea d) do n.º 3 do artigo 100º e artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com a sua competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse propor à assembleia municipal a aprovação do Regulamento municipal acima referido.-----

O referido regulamento fica anexo à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo III da mesma, composto por dezassete folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----





7. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E DE FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE POLÍCIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE SANTO TIRSO: APROVAÇÃO.-----

Presente informação da Divisão de Recursos Humanos, de vinte e seis de junho de dois mil e dezassete, registada com o número seis mil duzentos e sessenta, a remeter nova Proposta do Regulamento de Organização e de Funcionamento do Serviço de Polícia Municipal do Concelho de Santo Tirso, que se traduz na alteração dos respetivos artigos 28º, 31º, 34º 38º, 41º e 73º, a qual se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante para os devidos efeitos legais, constituindo o Anexo IV da mesma, composta por vinte e nove folhas, rubricadas pelo senhor presidente e por secretariou a presente reunião.-----

A nova proposta do regulamento é elaborada na sequência do ofício do Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais, datado de trinta de maio, registado em oito do corrente mês de junho, com o número catorze mil quatrocentos e dezassete, e em conformidade com o parecer conjunto dos Gabinetes das Secretárias de Estado Adjunta e da Administração Interna e da Administração e Emprego Público e do Secretário de Estado das Autarquias Locais, e do parecer do Gabinete do Secretário da Presidência do Conselho de Ministros.-----

Não se tem por aplicável à presente proposta do regulamento o disposto nos artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a presente proposta do referido regulamento e remeter à assembleia municipal para aprovação.-----

O novo regulamento entrará em vigor no prazo de cinco dias a contar da data da publicação no Diário da República da Resolução do Conselho de Ministros que o ratificar.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



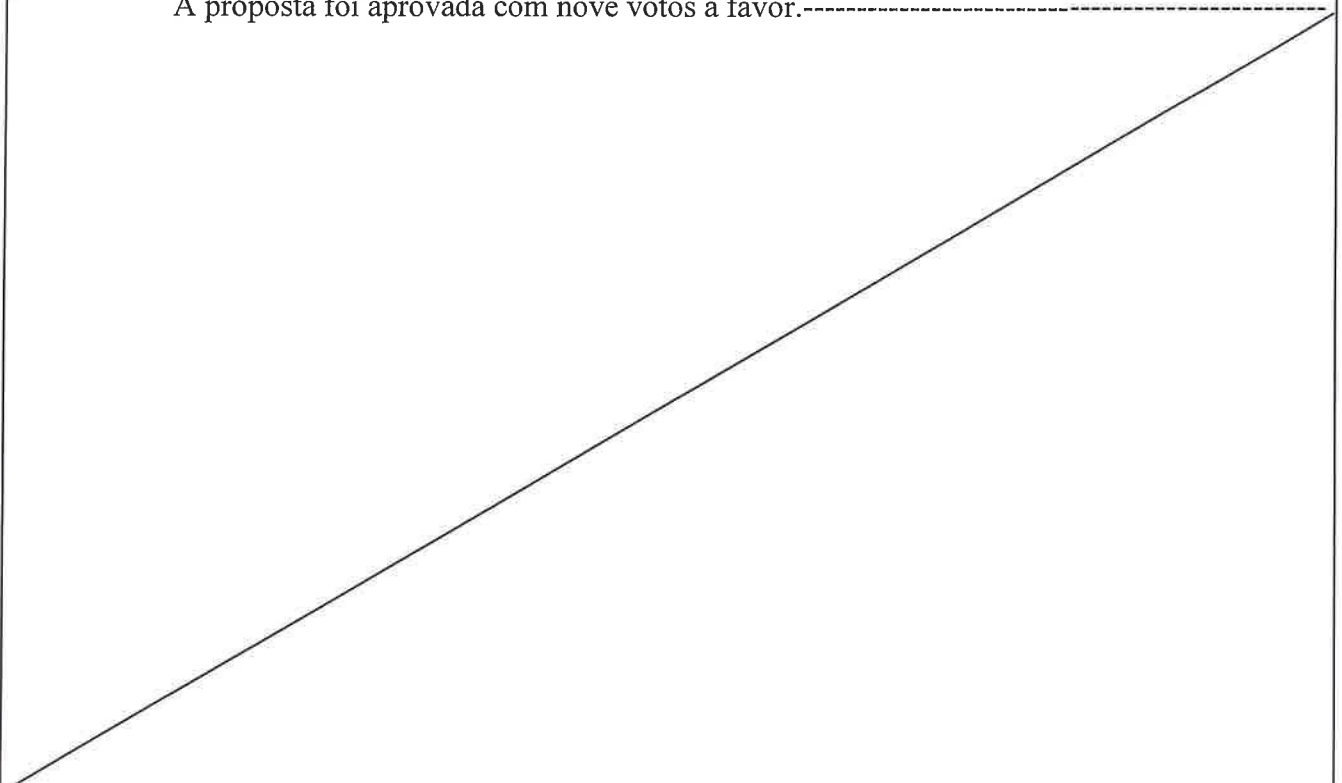
8. ALTERAÇÃO À TABELA DE PREÇOS - ANEXO IV DO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO, COBRANÇA E PAGAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS: APROVAÇÃO.-----

Presente informação, de vinte e três de junho corrente, da Divisão Jurídica, registada com o número três mil quatrocentos e trinta e nove, a sugerir alterações à Tabela de Preços, a qual constitui o Anexo IV do Regulamento de liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, que aqui se dão por inteiramente transcritas para os devidos efeitos legais.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da competência prevista na alínea e) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse aprovar os preços republicados na Tabela de Preços que se anexa à presente ata e que dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo V da mesma, composto por dezanove folhas.-----

O senhor presidente propôs, ainda, que os preços agora aprovados entrem em vigor na data da publicação de edital no edifício da câmara municipal a publicitar a presente deliberação.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----





9. ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A CELEBRAÇÃO DE UM CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E LANCHES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES: DECISÃO DE CONTRATAR, APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO, DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO CONCURSO, DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO JÚRI DO PROCEDIMENTO.-----

Presente informação conjunta da Divisão de Educação e da Divisão de Contratação Pública, de vinte e seis de junho corrente, registada com o número seis mil cento e setenta e seis, a remeter as peças do procedimento do concurso público internacional com vista à celebração de um contrato de prestação de serviços, tendo por objeto o fornecimento de refeições e lanches aos alunos do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico nos refeitórios escolares do concelho de Santo Tirso, a qual se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

O procedimento foi precedido da informação técnica prestada pela Divisão de Educação, datada de vinte de junho corrente, registada com o número cinco mil novecentos e trinta e sete, aditada pela informação da mesma divisão, datada de vinte e dois do mesmo mês de junho, registada com o número seis mil e cinquenta e dois, a fundamentar a dispensa da verificação do disposto nos números 1 e 2 do artigo 49º da Lei do Orçamento do Estado (LOE) para 2017, o que foi autorizado por despacho do senhor presidente da câmara municipal datado da mesma data, proferido ao abrigo do disposto nos nºs 3 e 12 do artigo 49º da LOE para 2017.-----

O valor global estimado do contrato é de 4.414.698,60 € (quatro milhões quatrocentos e catorze mil seiscientos e noventa e oito euros e sessenta cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.-----

As despesas com a execução do contrato a celebrar serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 020105, a qual se encontra dotada de verba suficiente para o presente ano económico e ficará dotada de verba para os anos económicos de execução do contrato

subsequentes, conforme proposta de cabimento orçamental nº 1976/2017, de vinte e seis do corrente mês de junho.-----

A assunção de encargos plurianuais encontra-se autorizada pela assembleia municipal e está prevista no Plano de Atividades Municipal (PAM), aprovado em 29 de novembro de 2016 (ação 3/2014), com as subsequentes alterações, sendo que a respetiva autorização da assembleia municipal foi dada aquando das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano em curso, conforme consta do nº 1 do artigo 31º das Normas de Execução Orçamental que integram aquele documento.-----

Pelo senhor presidente foi dito:-----

Tendo em conta os seguintes considerandos e a fundamentação da referida informação conjunta de vinte e seis de junho corrente, propõe-se o seguinte:-----

A) Que a câmara municipal delibere autorizar a despesa inerente ao contrato de prestação de serviços a celebrar e tomar a decisão de contratar prevista no artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, mediante procedimento de concurso público internacional, de harmonia com o previsto no artigo 20º do mesmo Código.-----

B) Que a câmara municipal delibere aprovar as peças do respetivo procedimento que a seguir se enuncia, que constitui o anexo VI da presente ata, composto por cento e quarenta e seis folhas:-----

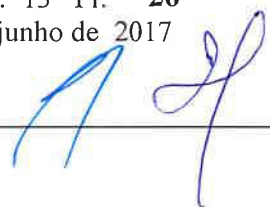
1- **Programa do Procedimento e respetivos anexos**, página um a vinte e cinco do anexo.-----

2- **Caderno de Encargos e respetivos anexos**, páginas vinte e seis a cento e quarenta e seis do referido anexo.-----

C) Que a câmara municipal delibere designar o júri do procedimento, com a seguinte composição:-----

Membros efetivos:-----

– Manuela Teixeira da Silva – Chefe da Divisão de Educação do município de Santo



Tirso, a exercer as funções de presidente;-----

- Emília Cristina Campos Ramos Maia –Chefe da Divisão de Contratação Pública e Execuções Fiscais do município de Santo Tirso, a exercer as funções de secretária do procedimento;

- Maria Alcina Marques Oliveira, Chefe da Divisão Financeira do município de Santo Tirso;-----

Membros suplentes:-----

- Diana Paula Ferreira Salgado – Chefe da Divisão Jurídica do município de Santo Tirso;-

- Rui Manuel André do Rosário, Assessor financeiro do município de Santo Tirso;-----

- Maria Cacilda Costa Alves Sousa, Chefe do Serviço de Compras do município de Santo Tirso.-----

D) Que a câmara municipal delibere delegar no júri do procedimento a competência para prestar esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, cabendo ao júri as demais competências previstas no nº 2 do ponto 6 do Programa do Procedimento, para além de outras que a lei especialmente lhe cometa.-----

As propostas foram aprovadas com cinco votos a favor dos membros eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista e quatro votos contra dos vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do PPD/PSD.PPM, que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos contra a proposta desta ordem de trabalhos por várias ordens de razão.-----

A primeira por uma questão de coerência tendo em conta que esta foi a posição que assumimos aquando do primeiro concurso para a generalização das refeições escolares.-----

A segunda porque continuamos a defender que as associações de pais que, durante mais de dez anos o fizeram dentro dos padrões de qualidade e diversidade que eram exigíveis.-----

A terceira porque se justificava que o processo de refeições escolares não ficasse refém de uma regra única e pudesse ser ajustado à realidade de cada escola”.-----



10. PROPOSTA DE ISENÇÃO DE TAXAS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO RELATIVAS A ESPLANADAS NA ZONA CENTRAL DA CIDADE DE SANTO TIRSO DURANTE O ANO DE 2017: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a proposta de isenção do pagamento das taxas de ocupação do espaço público com a instalação de esplanadas de apoio aos estabelecimentos de prestação de serviços de restauração e de bebidas, localizadas na zona central da cidade de Santo Tirso, relativa ao ano de dois mil e dezassete, a qual constitui as subseqüentes cinco folhas.-----

Propõe ainda, que seja deliberado devolver aos interessados as quantias já pagas pela ocupação dos espaços públicos com a instalação de esplanadas e equipamentos de apoio para o corrente ano de 2017.-----

A Câmara deliberou com nove votos a favor, solicitar autorização à assembleia municipal para a isenção das referidas taxas de ocupação e devolução das quantias já pagas.-----

PROPOSTA



Por meus despachos de 26 e 27 de abril, e 24 de maio de 2017, foi determinada a uniformização do mobiliário e respetivos equipamentos das esplanadas de apoio aos estabelecimentos de prestação de serviços de restauração e de bebidas, localizadas na zona central da cidade de Santo Tirso definida na planta do Anexo IV do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público, nas condições referidas nos documentos anexos à presente proposta e da qual passam a fazer parte integrante, constituindo os Anexos I e II.

A pretensão da uniformização do mobiliário das referidas esplanadas tem como pressuposto a melhoria da estética e qualidade dos materiais das esplanadas, no sentido da minimização do impacto ambiental e urbanístico e maior atratividade dos espaços públicos no seu todo, constituindo, este facto, um apelo turístico, que se traduzirá no desenvolvimento económico do concelho.

Esta medida insere-se na política de requalificação dos espaços públicos e regeneração urbana que o município tem vindo a desenvolver.

A regeneração urbana é hoje um dos eixos mais importantes na recuperação económica do tecido empresarial e na dinamização e atratividade das cidades, cuja concretização só é possível ser alcançada em concertação entre as autarquias e os particulares.

Atendendo aos factos expostos e ainda aos seguintes considerandos:

Considerando o reconhecimento do esforço financeiro de investimento que a implementação desta medida implica para os particulares, proprietários e exploradores dos referidos estabelecimentos;

Considerando que a fixação do mobiliário a instalar com a substituição do existente, constitui uma medida excecional, que acresce às obrigações definidas no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público;

Considerando os princípios da boa fé e da colaboração entre a administração e os particulares, que devem nortear a atuação administrativa, consignados no Código do Procedimento Administrativo;



Proponho que a câmara municipal delibere solicitar à assembleia municipal, autorização para a isenção do pagamento das taxas de ocupação do espaço público com a instalação de esplanadas de apoio aos estabelecimentos de prestação de serviços de restauração e de bebidas, localizadas na zona central da cidade de Santo Tirso acima referida, relativas ao ano de 2017, previstas no Regulamento Municipal de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, como contrapartida dos encargos financeiros de investimento que os proprietários e exploradores dos referidos estabelecimentos terão de suportar para substituição do mobiliário existente das esplanadas.

Propõe-se, ainda, que a verificação e controlo da implementação desta medida seja efetuada conjuntamente pelo Serviço de Fiscalização e pela Divisão de Mobilidade e Transportes, sendo, em caso de incumprimento, os interessados obrigados a proceder ao pagamento das taxas devidas.

O Presidente

Joaquim Couto (Dr.)

ANEXO I - Esplanadas localizadas na zona central da cidade definida na planta do Anexo IV do Regulamento de publicidade e ocupação do espaço público

1- Esplanadas localizadas em área de passeio/espço pedonal

Características gerais

Equipamentos permitidos em contacto com o pavimento:

- Mesas
- Cadeiras
- Guarda-sóis
- Aquecedores verticais
- Arca ou máquina de gelados

O mobiliário utilizado deve respeitar as normas do regulamento, prevendo-se a sua substituição por mobiliário igual ao definido para a Praceta do Alto da Feira.

2- Esplanadas localizadas em zonas de estacionamento

Características gerais

Equipamentos permitidos em contacto com o pavimento:

- Estrado em madeira com guardas laterais em todas as faces exceto na de acesso, contígua ao passeio, conforme desenho constante do Anexo 2.

Estrado

Material

- Estrutura e face superior em madeira de qualquer espécie arbórea, com tratamento adequado para exposição aos agentes climáticos.

Configuração

- Elevação relativa ao pavimento de forma a garantir um acesso de nível em toda a extensão da face da plataforma contígua ao passeio, nos casos com pendentes longitudinais $\leq 4\%$.
- Nos casos em que a pendente longitudinal do estrado seja $> 4\%$ deve ser garantido no mínimo um acesso de nível à plataforma com 1,20m de largura.

Guarda-corpos

Material

- Madeira de qualquer espécie arbórea, com tratamento adequado para exposição aos agentes climáticos.

Acabamento

- Pintura com tinta de esmalte de cor Branco RAL 9010, mate.

Dimensões

- 0,85m de altura medida pelo interior (mínimo)
- Nota: O topo da guarda deve ser sempre horizontal independentemente da inclinação da via respeitando as dimensões descritas em desenho anexo.

Iluminação

Características

- Sistema de calha/fita de led contínua no perímetro da travessa superior da estrutura de suporte, conforme desenho.

Potência

- Deve ser definida pelo requerente

Temperatura da cor LED

- 4000°k.

Nota: Pode se utilizada iluminação adicional de pousar sobre mesas com altura máxima de 25cm em relação ao tampo da mesa.

3- Esplanadas da Praceta do Alto da Feira

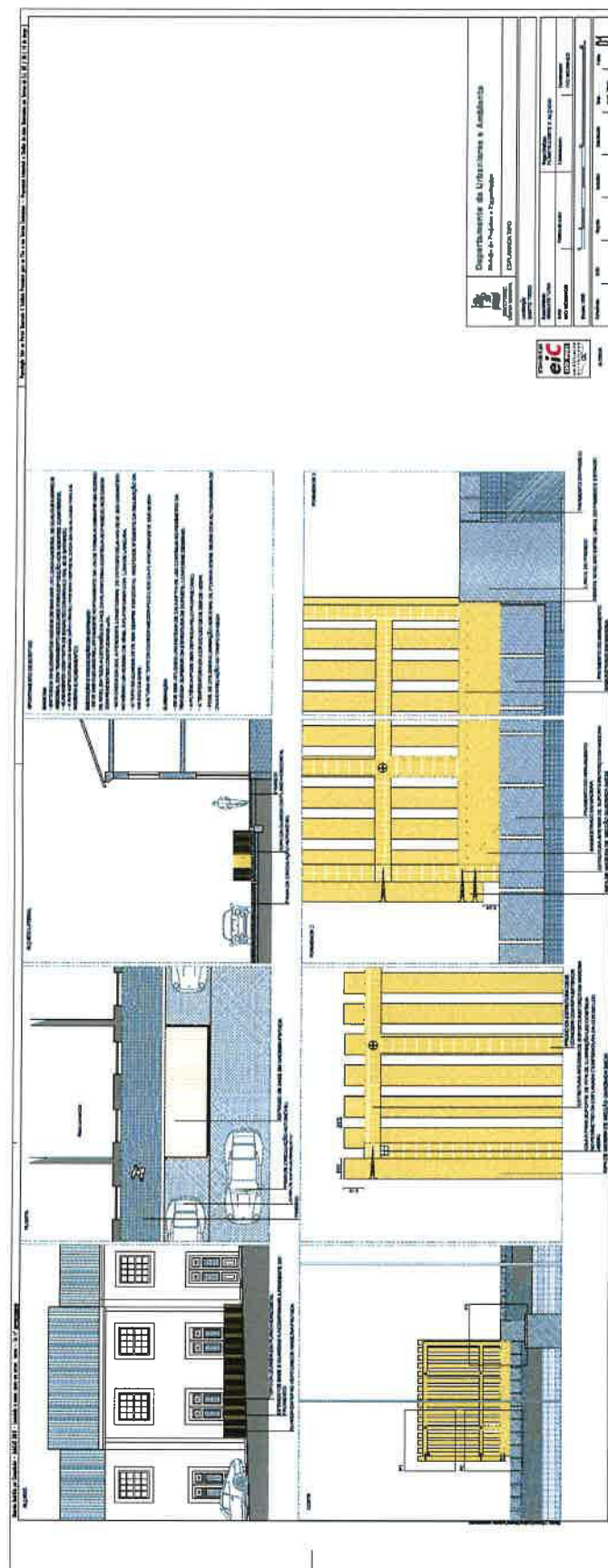
Cadeira portuguesa, numa das seguintes cores: Ral 6021, Ral 1019, Ral 5008, uma para cada esplanada (podem ser diferentes de esplanada para esplanada) e assento de madeira. Mesa da mesma cor das cadeiras ou com tampo de madeira.





SANTO TIROSO
CÂMARA MUNICIPAL
Praça 25 de Abril
1780-373 SANTO TIROSO
Tel.+351 252 830 400
Fax +351 252 856 534
santotirso@cm-sfirso.pt
www.cm-sfirso.pt

ANEXO II – Peça desenhada: Esplanada tipo em zonas de estacionamento





11. AQUISIÇÃO PELA VIA DO DIREITO PRIVADO DE UMA PARCELA DE TERRENO (PARCELA 3) DESTINADA À EXECUÇÃO DA OBRA DENOMINADA “REQUALIFICAÇÃO DE UM TROÇO DA RUA MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA E TRAVESSA DE SOUSA OLIVEIRA – VILA NOVA DO CAMPO”.-----

Presente informação da Divisão Jurídica, de vinte e um do corrente mês de junho, registada com o número cinco mil novecentos e sessenta e cinco, a comunicar o resultado das negociações efetuadas com a proprietária e arrendatária da parcela de terreno identificada na respetiva planta cadastral com o número três, atualmente propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Eulália de Vila de Punhe, freguesia e concelho de Viana do Castelo, necessária à execução da obra acima identificada.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o artigo 11.º do Código das Expropriações impõe que, antes de requerer a declaração de utilidade pública, deve diligenciar-se no sentido de adquirir os bens pela via do direito privado;-----

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 29.º do mesmo código, o município é obrigado a repor em condições idênticas às existentes as benfeitorias que venham a ser afetadas com a execução da obra, ou a pagar uma indemnização pelos danos nela causados;-----

Considerando que o município está a negociar a aquisição das parcelas de terreno necessárias à execução daquela obra com todos os proprietários dos prédios abrangidos, com obediência aos princípios consagrados no referido Código;-----

Considerando que são aceitáveis as condições negociadas com a proprietária e arrendatária da referida parcela de terreno, proponho que a câmara delibere aceitar as condições de aquisição, pela via do direito privado, da parcela de terreno a seguir indicada, constantes da aludida informação técnica, cujo teor se tem por inteiramente reproduzido para os devidos efeitos legais:-----

Parcela 3



Parcela de terreno com a área de 230,55m² (duzentos e trinta vírgula cinquenta e cinco metros quadrados), sita na Rua Manuel de Sousa Oliveira, freguesia de Vila Nova do Campo, concelho de Santo Tirso, a confrontar de norte com Rua Manuel de Sousa Oliveira, de sul e nascente com a proprietária e de poente com Rua de Entre Estradas, a desanexar do prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 423 (quatrocentos e vinte e três), constituído por diversos artigos, sendo a parcela a desanexar na sua globalidade do artigo rústico 2.609 (dois mil seiscientos e nove), atualmente propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Eulália de Vila de Punhe, freguesia e concelho de Viana do Castelo, pessoa coletiva religiosa com o número de identificação fiscal 503 064 998, transferida por testamento do Padre David da Silva Monteiro, representada pelo Reverendo Padre Dr. Pablo Adriano Brito Pereira de Lima, Pároco de Vila de Punhe, da mesma freguesia e concelho, tudo conforme certidão emitida pelo Vigário Geral da Diocese de Viana do Castelo datada de dois de maio de dois mil e dezassete.-----

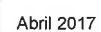
O referido prédio encontra-se arrendado a Maria Albertina da Silva Machado, viúva, residente na referida Rua Manuel de Sousa Oliveira, nº 382, da mesma freguesia, a qual concordou com as condições de negociação, prescindindo de qualquer indemnização pela cedência da referida parcela de terreno.-----

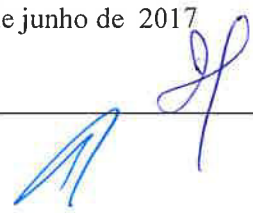
A identificada parcela de terreno está delimitada na planta cadastral que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



Arquivo: Z:\dóda\ (E)_ CARTOGRAFIA\TOPOGRAFIA-CADASTRO\CADASTRO\Codotras novas\ S. MARTINHO DO CAMPO\Rua Manoel de Sousa Oliveira\WOODCAP - Codotras.dwg



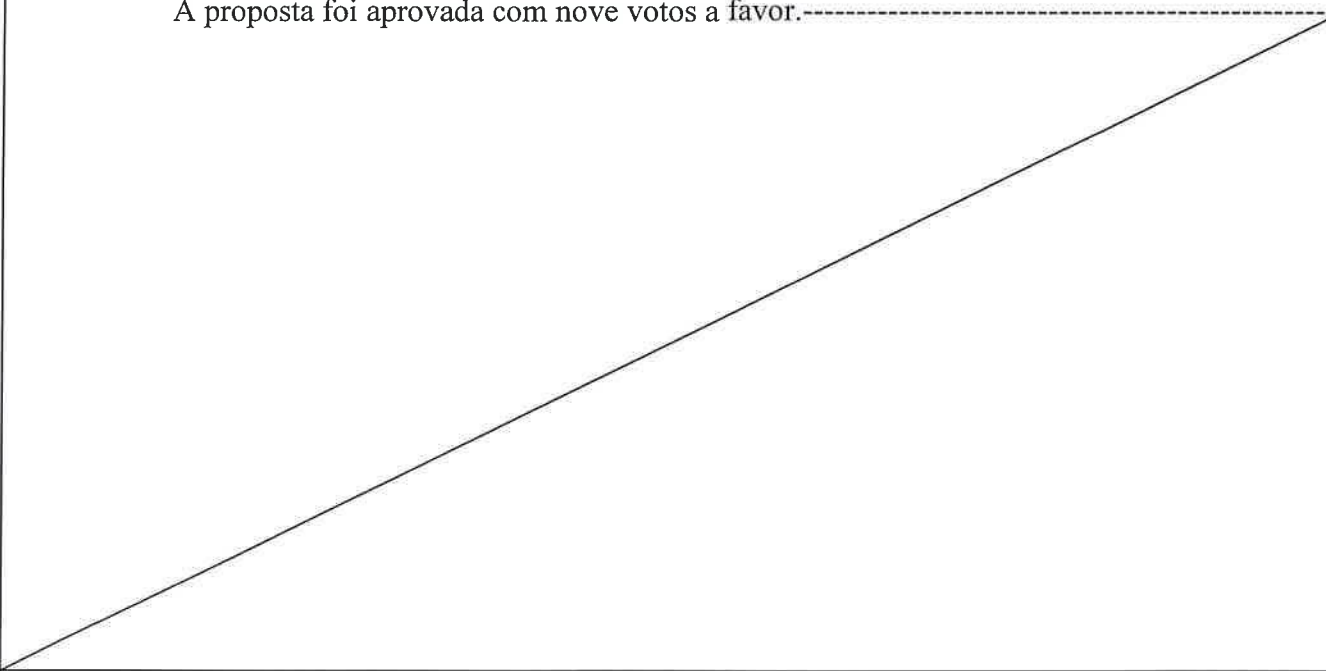


12. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O SEF - SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS, TENDO POR OBJETO O PROJETO “PAR FAMÍLIAS SANTO TIRSO”, CRIADO PELA PLATAFORMA DE APOIO AOS REFUGIADOS: APROVAÇÃO DAS ALTERAÇÕES.-----

Presente informação de vinte e três de junho corrente, do Departamento de Coesão Social, registada com o número seis mil cento e três, a propor a aprovação da alteração da redação das cláusulas 2ª e 4ª do Protocolo de Cooperação entre o Município de Santo Tirso o SEF - serviço de estrangeiros e fronteiras, aprovado por deliberação da câmara municipal de nove de novembro de dois mil e dezassete (item dez da respetiva ata), as quais têm por objeto, respetivamente, o modo de pagamento da verba a transferir pelo município de Santo Tirso para o SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e o procedimento a adotar no caso de abandono da família do programa de acolhimento.

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar o referido protocolo, com as alterações propostas, nos termos da minuta que se anexa à presente ata e que dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo VII da mesma, composto por dezoito folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----



13. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO NA JUNTA DE FREGUESIA DE MONTE CÓRDOVA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE ALGUNS ARRUAMENTOS DAQUELA FREGUESIA.-----

Presente ofício de cinco de junho corrente, da junta de freguesia de Monte Córdova, registado com o número catorze mil quatrocentos e noventa, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a execução das obras de pavimentação dos seguintes arruamentos: Rua do Trevo, Rua das Leirinhas, Rua Terremoinhos, Rua de Camões, Rua de Mirães, e Travessa da Ponte Nova.-----

A Divisão de Projetos e Empreitadas informa que a estimativa orçamental global é de 71.179,00€ (setenta e um mil cento e setenta e nove euros), com IVA incluído, conforme orçamento apresentado pela referida junta de freguesia, e que confirma.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 117º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de dezembro, os órgãos dos municípios podem delegar competências nos órgãos das freguesias;-----

Considerando que as juntas de freguesia, pela sua maior proximidade à população local, têm maior capacidade para a gestão de equipamentos locais;-----

Considerando que a referida junta de freguesia reúne as condições necessárias para executar aquela obra;-----

Considerando que compete à câmara municipal, nos termos do disposto nas alíneas l) e m) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, preparar com a referida junta de freguesia o contrato de delegação de competências para a realização de obras da competência do município;-----


Proponho que a câmara municipal delibere solicitar, ao abrigo do disposto na alínea m)

do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da referida lei, autorização para a celebração do presente contrato de delegação de competências na junta de freguesia de Monte Córdova para a realização das obras de pavimentação dos arruamentos acima identificados, nos termos da minuta do contrato que se anexa à presente ata e que dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo VIII da mesma, composto por sete folhas, rubricado pelo presidente e por secretariou a presente reunião.-----

Os encargos assumidos pelo município de Santo Tirso com a execução do presente contrato serão satisfeitos pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento nº 1963/2017.-----

O compromisso inerente aos referidos encargos foi registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2689/2017, de 23 de junho corrente.-----

A proposta foi aprovada com nove votos a favor.-----



14. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA COLÓNIAS DE FÉRIAS 2016/2017: 1ª FASE.-----

Presente informação do departamento de coesão social, educação e desporto, de vinte e um do corrente mês de junho, registada com o número cinco mil novecentos e dez, a sugerir a atribuição de subsídios para colónias de férias.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que no verão várias instituições do concelho promovem colónias de férias, proporcionando desse modo uma vivência saudável a milhares de crianças;-----

Considerando que as atividades desenvolvidas durante o período em que decorrem as colónias de férias encerram conteúdos de elevado alcance pedagógico em vários domínios, com especial incidência para os de natureza sócio - afetiva e psicomotora, contribuindo assim para o crescimento harmonioso das crianças; -----

Considerando as atribuições do município em matéria de educação e tempos livres (alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da lei 75/2013, de 12 de setembro) e a competência da câmara municipal prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do mesmo diploma legal, proponho que a câmara municipal delibere atribuir os subsídios abaixo referidos, no valor total de 7.110,00 € (sete mil cento e dez euros).-----

- Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo, Santo Tirso -----830,00 €
(oitocentos e trinta euros)-----
- Agrupamento das Escolas de São Martinho -----840,00 €
(oitocentos e quarenta euros)-----
- Associação de Pais da Escola Primária de São José de Refojos -----200,00 €
(duzentos euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Reguenga -----230,00 €
(duzentos e trinta euros)-----

(Handwritten signatures in blue ink)

- Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 JI de Parada Carreira -----200,00 €
(duzentos euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância da Vinha Burgães--550,00 €
(quinhentos e cinquenta euros)-----
- Associação de Pais da Escola Primária e Pré-Primária de Guimarei-----120,00 €
(cento e vinte euros)-----
(duzentos e trinta euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância das Fontainhas----640,00 €
(seiscentos e quarenta euros)-----
- APEN - Associação de Pais das Escolas de Negrelos-----650,00 €
(seiscentos e cinquenta euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância de Igreja Areias-----540,00 €
(quinhentos e quarenta euros)-----
- Associação de Pais da Escola de Bom Nome APEBN-----830,00 €
(oitocentos e trinta euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB1 e Jardim de Infância de Merouços--
-----250,00 €
(duzentos e cinquenta euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária de Tarrio-----320,00 €
(trezentos e vinte euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da escola de Igreja – Lama-----100,00 €
(cem euros).-----
- Junta de Freguesia de Água Longa-----390,00 €
(trezentos e noventa euros)-----
- Junta de Freguesia de Vila Nova do Campo-----420,00 €



(quatrocentos e vinte euros).-----

A despesa com a atribuição dos referidos subsídios será satisfeita pela rubrica orçamental com as classificações económicas 040701 e 04050102 na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento n.º 1928/2017.-----

Os compromissos inerentes à presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com os números 2663/2017, 2665/2017 a 2674/2017 e 2676/2017 a 2680/2017, de vinte e um do corrente de junho.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

15. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL TIRSENSE.-----

Presente e-mail da Associação Cultural Tirsense, de quatro de janeiro último, registado com o número trezentos e oitenta e três, a remeter o seu plano de atividades para o ano de dois mil e dezassete e a solicitar a atribuição de um subsidio para ajudar a custear as despesas com o desenvolvimento e execução do mesmo.-----

O assunto informado pela Divisão de Património e Museus, conforme informação de seis do corrente mês de junho, registada com o número cinco mil trezentos e dois.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----



Considerando que as atividades desenvolvidas pela Associação Cultural Tirsense revestem-se de interesse cultural, pela valorização das tradições locais, promovendo a música portuguesa e a preservação do património imaterial do concelho e da região;-----

Considerando que aquela coletividade se dedica à divulgação, criação e interpretação das artes de palco, artes gráficas e literatura, organizando eventos como a “Palheta Bendita”, onde se realizam oficinas sobre instrumentos musicais, com destaque para os de tradição portuguesa; possui, em cooperação com a Associação Amigos do Sanguinhedo, o Grupo Gaiteiros da Ponte Velha, leciona aulas de gaita-de-fole e promove diversas atividades de animação do espaço sede da ACT / Moinho da Ponte Velha;-----

Considerando que aquela coletividade coopera com o município no âmbito do seu programa cultural;-----

Considerando as atribuições do município no domínio da cultura;-----

Proponho que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delibere atribuir à Associação Cultural Tirsense um subsídio no montante de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros).-----



A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1950/2017.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, conforme documento n.º 2685/2017, de vinte e dois do corrente mês de junho.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





16. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO SANGUINHEDO – “FESTAS DE SANGUINHEDO/2017.”-----

Presente ofício de vinte e nove de maio último, da Associação Amigos de Sanguinhedo, registado com o número treze mil quatrocentos e vinte e dois, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as “Festas de Sanguinhedo” que decorrem de vinte e oito a trinta de julho.-----

O expediente vem informado pela Divisão de Património e Museus, conforme consta da informação de seis do corrente mês de junho, registada com o número cinco mil duzentos e setenta e sete.-----

O senhor presidente propôs que a câmara, ao abrigo da sua competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse atribuir à Associação Amigos de Sanguinhedo um subsídio no montante de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros).-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 1958/2017.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, conforme documento número 2693/2017, de vinte e três do corrente mês de junho.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

17. REQUERIMENTO DA SOCIEDADE LISMÂNIA FERRAGENS E DECORAÇÕES, LDA. – PROCESSO 15/17 AE: PEDIDO DE RECONHECIMENTO PÚBLICO DE INTERESSE MUNICIPAL DE PROJETO DE INVESTIMENTO PARA EFEITOS DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS.-----

Presente requerimento de oito de junho corrente, da sociedade comercial por quotas “Lismânia Ferragens e Decorações, Lda.”, com sede na Rua da Aldeia Nova, 426 da freguesia de Negrelos (S. Tomé), do concelho de Santo Tirso, registado com o número catorze mil trezentos e quarenta, a solicitar o reconhecimento do interesse público municipal do projeto do investimento com a remodelação e ampliação da sua unidade industrial, que atualmente assegura vinte postos de trabalho, prevendo criação de cinco novos postos de trabalho.-----

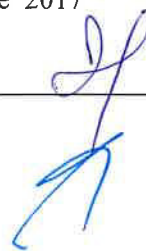
O pedido é apresentado para efeitos de isenção/redução de IMI/Derrama/IMT, no âmbito do Regulamento Municipal para a Concessão de Incentivos Fiscais ao Investimento no Concelho de Santo Tirso que será presente à sessão da assembleia municipal de trinta do corrente mês de junho.---

Do expediente consta a informação da Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico, de vinte e seis de junho corrente, registada com o número seis mil e sessenta e quatro, cujo teor se dá aqui por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, designadamente de fundamentação.-----

De acordo com os documentos apresentados com o pedido, verifica-se que a requerente cumpre as condições de elegibilidade previstas no artigo 2º do Regulamento Municipal para a Concessão de Incentivos Fiscais ao Investimento no Concelho de Santo Tirso.-----

Conforme resulta da referida informação técnica, por aplicação dos critérios estabelecidos no artigo 6º do mesmo regulamento, o valor dos benefícios fiscais é de 40% e apenas incide sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), perfazendo a quantia de 45.656,15€ (quarenta e cinco mil seiscentos e cinquenta e seis euros e quinze cêntimos).-----

Nestes termos, o senhor presidente propôs, com fundamento na aludida informação



técnica, que a câmara municipal deliberasse reconhecer o especial interesse municipal do projeto de investimento em causa e deliberasse submeter o assunto à assembleia municipal, nesse sentido, para efeitos da atribuição da redução acima indicada do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), nos termos do artigo 4º do Regulamento Municipal para a Concessão de Incentivos Fiscais ao Investimento no Concelho de Santo Tirso.-----

As propostas foram aprovadas por unanimidade.-----



18. REQUERIMENTO DA SOCIEDADE CARPEFER – PRODUTOS MÍSTICOS E ESOTÉRICOS, LDA - PROCESSO 18/17 AE: PEDIDO DE RECONHECIMENTO PÚBLICO DE INTERESSE MUNICIPAL DE PROJETO DE INVESTIMENTO PARA EFEITOS DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS.-----

Presente requerimento de dezasseis de janeiro último, da sociedade comercial por quotas “CARPEFER – Produtos Místicos e Esotéricos, Lda.”, com sede na Rua Bernardino Gomes, 103, freguesia de Vila das Aves, Concelho de Santo Tirso, registado com o número mil cento e vinte, a solicitar o reconhecimento do interesse público municipal do projeto de investimento de uma unidade comercial, de venda de artigos esotéricos, místicos, religiosos e naturais, o qual consiste na aquisição de instalações adequadas e equipamentos para aumentar a sua capacidade produtiva.-----

O pedido é apresentado para efeitos de isenção/redução de IMI/Derrama/IMT, no âmbito do Regulamento Municipal para a Concessão de Incentivos Fiscais ao Investimento no Concelho de Santo Tirso que será presente à sessão ordinária da assembleia municipal de trinta do corrente mês de junho.-----

Do expediente consta a informação da Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico, de vinte e seis de junho corrente, registada com o número seis mil e dois, cujo teor se dá aqui por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, designadamente de fundamentação.-----

De acordo com os documentos apresentados com o pedido, verifica-se que a requerente cumpre as condições de elegibilidade previstas no artigo 2º do Regulamento Municipal para a Concessão de Incentivos Fiscais ao Investimento no Concelho de Santo Tirso.-----

Conforme resulta da referida informação técnica, por aplicação dos critérios estabelecidos no artigo 6º do mesmo regulamento, o valor dos benefícios fiscais é de 32,5% e apenas incide sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), perfazendo a quantia de 4.888,87€ (quatro mil oitocentos e oitenta e oito euros e oitenta e sete cêntimos).-----

Nestes termos, o senhor presidente propôs, com fundamento na aludida informação, que a



câmara municipal deliberasse reconhecer o especial interesse municipal do projeto de investimento em causa e deliberasse submeter o assunto à assembleia municipal para efeitos da atribuição da redução acima indicada do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), nos termos do artigo 4º do Regulamento Municipal para a Concessão de Incentivos Fiscais ao Investimento no Concelho de Santo Tirso.-----

As propostas foram aprovadas por unanimidade.-----





**19. REQUERIMENTO DA SOCIEDADE CARLOS ALBERTO & FILHOS, LDA -
PROCESSO 19/17 AE: PEDIDO DE ISENÇÃO/REDUÇÃO DE CONCESSÃO DE
BENEFÍCIOS FISCAIS.**-----

Presente informação da Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico, de vinte e seis de junho corrente, registada com o número seis mil e setenta e dois, relativa ao pedido de isenção /redução de IMI e derrama, apresentado pela sociedade comercial por quotas “Carlos Alberto & Filhos Lda., com sede na Rua do Convento, n.º 205 , Freguesia da União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães, Concelho de Santo Tirso, no âmbito do requerimento de quatro de abril último, registado com o número oito mil quinhentos e quarenta e dois, cujo teor se dá aqui por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, designadamente de fundamentação.-----

Em sessão ordinária da assembleia municipal de vinte e oito de abril último (item vinte e três da respetiva ata), sob proposta da câmara municipal de vinte de abril (item vinte da respetiva ata) foi deliberado reconhecer o interesse público municipal do projeto de investimento da nova unidade industrial da requerente.-----

O referido pedido é apresentado no âmbito do Regulamento Municipal para a Concessão de Incentivos Fiscais ao Investimento no Concelho de Santo Tirso que será presente à sessão da assembleia municipal de trinta do corrente mês de junho.-----

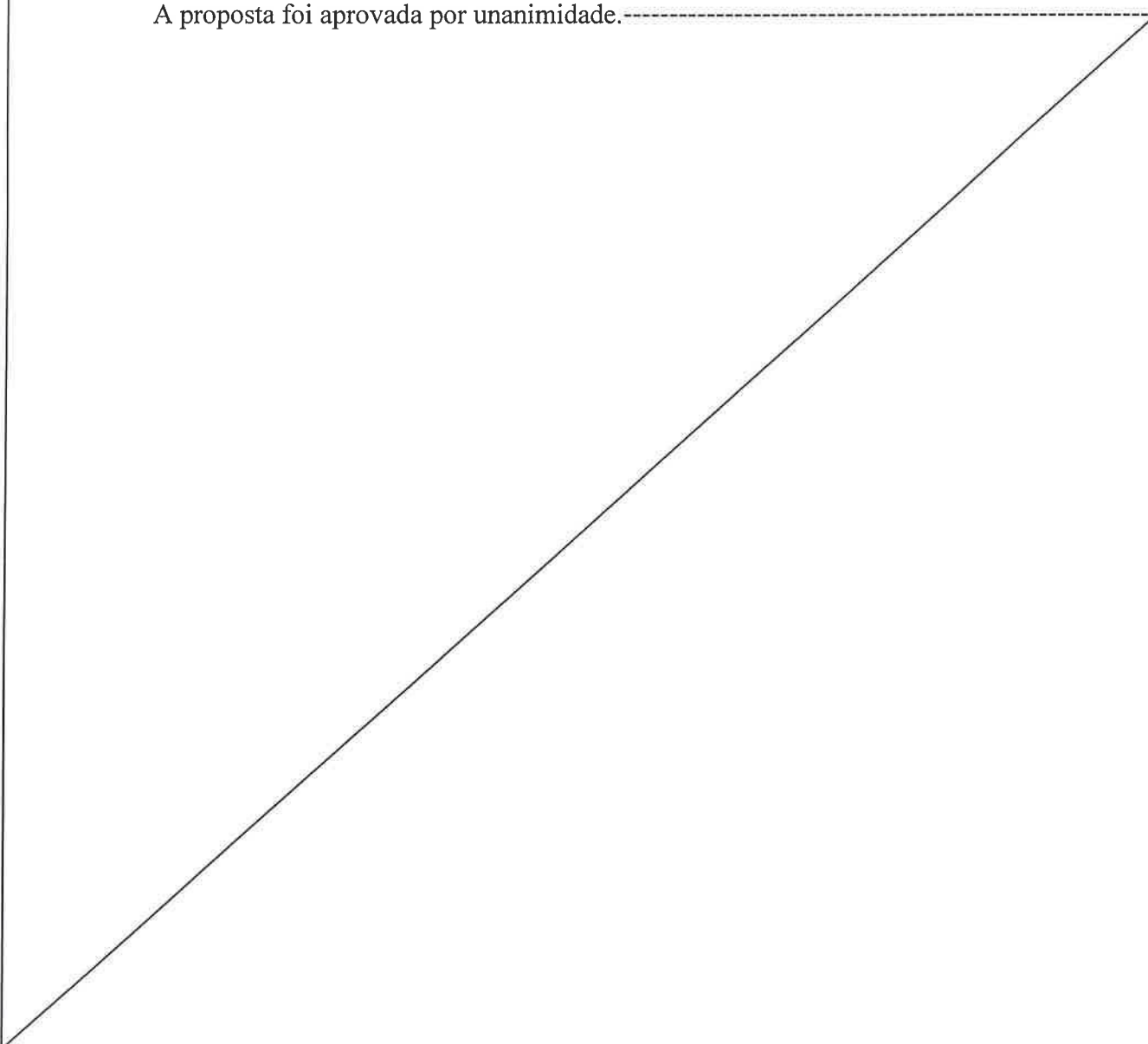
De acordo com os documentos apresentados com o pedido, verifica-se que a requerente cumpre as condições de elegibilidade previstas no artigo 2º do Regulamento Municipal para a Concessão de Incentivos Fiscais ao Investimento no Concelho de Santo Tirso-----

Conforme resulta da referida informação técnica, por aplicação dos critérios estabelecidos no artigo 6º do mesmo regulamento, o valor dos benefícios fiscais é de 65% e apenas incide sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), perfazendo a quantia de 138.517,13€ (cento e trinta e oito mil quinhentos dezassete euros e treze cêntimos).-----



Nestes termos, o senhor presidente propôs, com fundamento na aludida informação técnica, que a câmara municipal deliberasse submeter o assunto à assembleia municipal para efeitos da atribuição da redução acima indicada do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), nos termos do artigo 4º do Regulamento Municipal para a Concessão de Incentivos Fiscais ao Investimento no Concelho de Santo Tirso.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





**20. REQUERIMENTO DA SOCIEDADE DUX INTERIORES SA - PROCESSO 16/17
AE: PEDIDO DE ISENÇÃO/REDUÇÃO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS.-----**

Presente informação da Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico, de vinte e seis de junho corrente, registada com o número seis mil e setenta, relativa ao pedido de isenção /redução de IMI, apresentado pela sociedade comercial anónima “DUX – Interiores SA”, com sede na Rua Nossa Senhora de Fátima, n.º 117, Freguesia de Vila das Aves, Concelho de Santo Tirso, no âmbito do requerimento de seis de fevereiro último, registado com o número dois mil oitocentos e vinte e nove, cujo teor se dá aqui por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, designadamente de fundamentação.-----

Em sessão ordinária da assembleia municipal de vinte e oito de abril último (item vinte e um da respetiva ata), sob proposta da câmara municipal de vinte de abril (item vinte e um da respetiva ata) foi deliberado reconhecer o interesse público municipal do projeto de investimento da ampliação da unidade industrial da requerente.-----

O referido pedido é apresentado no âmbito do Regulamento Municipal para a Concessão de Incentivos Fiscais ao Investimento no Concelho de Santo Tirso que será presente à sessão da assembleia municipal de trinta do corrente mês de junho.-----

De acordo com os documentos apresentados com o pedido, verifica-se que a requerente cumpre as condições de elegibilidade previstas no artigo 2º do Regulamento Municipal para a Concessão de Incentivos Fiscais ao Investimento no Concelho de Santo Tirso-----

Conforme resulta da referida informação técnica, por aplicação dos critérios estabelecidos no artigo 6º do mesmo regulamento, o valor dos benefícios fiscais é de 50% e apenas incide sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), perfazendo a quantia de 67.349,18 € (sessenta e sete mil trezentos e quarenta e nove euros e dezoito cêntimos).-----

Nestes termos, o senhor presidente propôs, com fundamento na aludida informação técnica, que a câmara municipal deliberasse submeter o assunto à assembleia municipal para efeitos



da atribuição da redução acima indicada do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), nos termos do artigo 4º do Regulamento Municipal para a Concessão de Incentivos Fiscais ao Investimento no Concelho de Santo Tirso.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





21. REQUERIMENTO DA SOCIEDADE PAIVA & MACHADO, LDA - PROCESSO 17/17 AE: PEDIDO DE RECONHECIMENTO PÚBLICO DE INTERESSE MUNICIPAL DE PROJETO DE INVESTIMENTO PARA EFEITOS DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS.-----

Presente requerimento de vinte e um de junho corrente, da sociedade comercial por quotas “Paiva e Machado, Lda.”, com sede na Avenida da Ramada, 552, freguesia da União das Freguesias de Santo Tirso Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães, do concelho de Santo Tirso, registado com o número quinze mil quatrocentos e cinquenta e sete, a solicitar o reconhecimento do interesse público municipal do projeto de investimento na tipologia de Turismo de Habitação, o qual integra um conjunto de unidades de alojamento, com piscina e SPA, bem como outras valências de serviços turísticos, designadamente, workshops, tour’s turísticos, ações de formação em cozinha regional e hortas de cultivo.-----

O pedido é apresentado para efeitos de isenção/redução das Taxas de Licenciamento (Processo n.º 141/17 – LEDI) no âmbito do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, e IMI/Derrama, no âmbito do Regulamento Municipal para a Concessão de Incentivos Fiscais ao Investimento no Concelho de Santo Tirso que será presente à sessão da assembleia municipal de trinta do corrente mês de junho.-----

Do expediente consta a informação da Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico, de vinte e seis de junho corrente, registada com o número seis mil e setenta e um, cujo teor se dá aqui por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, designadamente de fundamentação.-----

De acordo com os documentos apresentados com o pedido, verifica-se que a requerente cumpre as condições de elegibilidade previstas no artigo 2º do Regulamento Municipal para a Concessão de Incentivos Fiscais ao Investimento no Concelho de Santo Tirso.-----

Conforme resulta da referida informação técnica, por aplicação dos critérios estabelecidos



no artigo 6º do mesmo regulamento, o valor dos benefícios fiscais é de 45% e apenas incide sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), perfazendo a quantia de 28.236,28€ (vinte e oito mil duzentos e trinta e seis euros e vinte e oito cêntimos).-----

Nestes termos, o senhor presidente propôs, com fundamento na aludida informação técnica, que a câmara municipal deliberasse reconhecer o especial interesse municipal do projeto de investimento em causa, quer para efeitos da isenção/redução das taxas de licenciamento, quer para efeitos de redução de IMI, e deliberasse submeter o assunto à assembleia municipal para atribuição da redução acima indicada do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), nos termos do artigo 4º do Regulamento Municipal para a Concessão de Incentivos Fiscais ao Investimento no Concelho de Santo Tirso.-----

As propostas foram aprovadas por unanimidade.-----




PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

Findo o período da ordem do dia, o senhor presidente, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 49º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e artigo 14º do regimento da câmara municipal, abriu um período para intervenção do público assistente a esta reunião.-----

Apesar de não haver inscrições para intervenção, conforme previsto no n.º 5 do referido artigo 14º, o senhor presidente da câmara, ao abrigo do n.º 6 do mesmo artigo, autorizou a intervenção dos presentes que o quisessem fazer.-----

Ninguém do público usou da palavra.-----





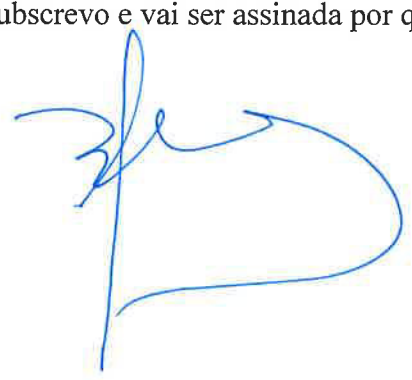
ENCERRAMENTO:-----

A reunião foi encerrada eram: Quinze e cinquenta e cinco minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem cinquenta e seis folhas, e oito documentos anexos (anexo I, relativo ao item três; anexo II, relativo ao item cinco; anexo III, relativo ao item seis; anexo IV, relativo ao item sete; anexo V, relativo ao item oito; anexo VI, relativo ao item nove; anexo VII, relativo doze; anexo VIII, relativo ao item treze), apenas utilizadas no anverso, que eu

João Paulo Femeiro Salgado

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.



APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 13/07/2017, conforme consta do item um da respetiva ata (folhas onze da respetiva minuta).-----

A Secretária,

João Paulo Femeiro Salgado